Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

16.julho.2020 – 14H45

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO

Entidades: **Federação Nacional dos Professores (FENPROF), Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNE), Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS).**
Elementos identificados na página do Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva.

Recebidos por: Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva: Deputados António Cunha (PSD), Lúcia Araújo Silva (PS), Marta Freitas (PS), Carla Madureira (PSD), Cláudia André (PSD), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP), Bebiana Cunha (PAN).

Assunto: "Dificuldades sentidas no âmbito da educação inclusiva, os desafios atuais e as propostas que apresentam."

Exposição:

O Deputado António Cunha (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva (GT), que presidiu à reunião, começou por cumprimentar os representantes da FENPROF, da FESAP, da FNE e da FNSTFPS e as Senhoras Deputadas presentes e em formato de videoconferência. Seguidamente deu conta da grelha de tempos para esta audição.

Depois de explicar os termos em que se iria proceder a audição, foi dada a palavra aos representantes da FENPROF, referiram o seguinte, em síntese:

- A FENPROF tinha elaborado um parecer relativamente ao Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Necessidade de centros de apoio à aprendizagem;
- Necessidade de mais recursos humanos nas escolas;
- Redução do número de alunos por turma, nomeadamente quando existem alunos com necessidades educativas, havendo no máximo dois por turma;
- A intervenção precoce funciona por convite;
- Em março de 2019 foi feito um levantamento da implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018, cujas conclusões foram:

  - Precipitação do Governo;
  - Falta de investimento na educação;
  - A comunidade educativa (pessoal docente, não docente, pais e alunos) não tinham sido ouvidos;
- Necessidade da criação do grupo de recrutamento da intervenção precoce, tendo o Grupo Parlamentar do PS votado contra;
- A FENPROF e restante comunidade educativa (pessoal docente, não docente, pais e alunos) não tiveram qualquer tipo de auxílio do Ministério da Educação desde o início da pandemia causada pela doença covid-19;
- O ensino à distância aumentava as desigualdades;
- Necessidade de definir quais os EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) que os alunos vão necessitar e tomar as diligências para os fornecer aos alunos;
- Necessidade de fornecimento das mesmas ferramentas e instrumentos aos alunos e docentes que os acompanham.

Seguidamente foi dada a palavra aos representantes da FNE, que referiram o seguinte, em síntese:

- Quando do estado de emergência e quarentena foram sentidos diversos constrangimentos, nomeadamente:
  - falta de capacidade financeira dos pais para aquisição de material eletrónico indispensável para o ensino à distância;
  - falta de disponibilidade de tempo dos pais;
  - falta de tempo e condições dos docentes para disponibilizar os conteúdos aos alunos;
  - zonas sem internet.
- Os recursos não foram disponibilizados a todos os alunos de forma igual, nem em quantidade nem qualidade;
- Constrangimentos na intervenção precoce:
  - Receio de contágio por parte dos técnicos;
  - Famílias que recusaram cumprir as regras de segurança e higiene decretadas pela Direção Geral de Saúde (DGS);
- Acentuaram-se as assimetrias entre os alunos;
- Propuseram, entre outros:
  - A redução do número de alunos por turma;
  - Ensino misto ou não presencial, identificando e priorizando quais os alunos que necessitavam e deviam ter acesso ao ensino presencial;
  - Aumento da testagem e rapidez da divulgação dos resultados de forma a diminuir o tempo de isolamento dos alunos e docentes;

  - Necessidade de psicólogos e ajuda psicológica para os alunos e cuidadores;
  - Necessidade de regras rígidas de saúde para todos os intervenientes do processo educativo;
  - Revisão do concurso para a contratação de Assistentes Operacionais (AOP's);
  - Reforço da dotação financeira;
  - Dotação das escolas com materiais pedagógicos suficientes;
  - Revisão dos conteúdos curriculares.
- No ensino superior muitos alunos tinham tido acesso às aulas somente via telemóvel, repartido salas com membros da família para partilhar um computador e deixado de ter acesso a bolas de estudo e acesso às bibliotecas;
- O ensino superior não dispunha de condições sanitárias para manter o ensino presencial;
- Necessidade de ajuda e acompanhamento psicológico para alunos e docentes.

Seguidamente foi dada a palavra aos representantes da FESAP, que referiram o seguinte, em síntese:

- Elevadas dificuldades para todos os intervenientes no processo educativo;
- Redução da carga burocrática relativa ao Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Redução do número de alunos por turma;
- Dotação das escolas de todos os recursos necessários, nomeadamente, as escolas do interior do país, para o início do próximo ano letivo;
- Aumentar a igualdade no cesso à educação inclusiva tanto no litoral, como no interior do país;
- Necessidade de que o Governo se proponha a um diálogo social com o pessoal docente, dirigentes, alunos e famílias para melhorar o acesso à educação inclusiva e ação social;
- Aprovado o Orçamento de Estado (OE) suplementar, era necessário um reforço de investimento significativo na ação social para o OE2021;
- Importância de investimentos em recursos humanos e sua formação contínua e somente após estarem estas premissas garantidas deve existir investimento em máquinas.

A FNSTFPS informou que enviaria a sua intervenção por escrito.

Intervieram depois as Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira* (PSD), Alexandra Vieira (BE), Ana Mesquita (PCP), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Bebiana Cunha (PAN), pronunciando-se sobre o assunto, nomeadamente sobre o retrocesso dos alunos e quais as necessidades que tinham de ser asseguradas no início do próximo ano letivo.

* estes Deputados intervieram no formato de videoconferência.

Às questões colocadas pelas Deputadas seguiram-se os esclarecimentos dos depoentes, que ora se resumem.

Os representantes da FENPROF referiram o seguinte, em síntese:

- A FENPROF nunca tinha assumido uma posição sem consultar os docentes;
- As direções das escolas afirmam não ter os recursos materiais e humanos para implementar o Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Inexistência de reuniões ou negociações com a comunidade educativa capacitando esta a se pronunciar, nomeadamente sobre o confinamento, final do presente ano letivo, nem a preparação do início do próximo ano letivo:
- A comunidade educativa tinha ficado isolada quando do decreto do estado de emergência e quarentena obrigatória, tendo de fazer uso das ferramentas que tinha ao dispor, nomeadamente, computadores pessoais, telemóveis, entre outros;
- Inexistência de ferramentas e instrumentos dedicados ao ensino à distância nas escolas;
- Redução do número de alunos por turma;
- Necessidade de aumento do número de horas dedicado ao apoio direto aos alunos;
- Necessidade de disponibilização de ferramentas dedicadas ao ensino à distância aos alunos;
- Necessidade de acompanhamento psicológico dos alunos e cuidadores.

Os representantes da FNE referiram o seguinte, em síntese:

- Tinha sido feita uma consulta nacional sobre educação inclusiva;
- Necessidade da redução da carga burocrática resultante do Decreto-Lei n.º 54/2018;
- Redução do número de alunos por turma;
- Clarificação de funções na componente letiva e não letiva dos docentes, nomeadamente nas equipas multidisciplinares;
- Necessidade de manual de apoio;
- Necessidade de instrumentos que permitam uma linguagem universal;
- Aplicação de medidas que contemplem as dificuldades da educação inclusiva no litoral e interior do país de forma equitativa;
- Manifestaram o desagrado por não terem sido ouvidos pelo ministério da tutela na preparação do início do próximo ano letivo;
- Imprescindível a existência de todos os recursos necessários para manter o ensino presencial e, caso seja necessário, o ensino à distância.

Os representantes da FESAP referiram o seguinte, em síntese:

- São constituídos por sindicatos de várias áreas da função pública;

- A comunidade educativa, nomeadamente o pessoal docente, não docente, pais e alunos, superavam-se diariamente tendo em conta a elevada quantidade de legislação existente e que não respondia às necessidades atuais;
- Necessidade de garantir a segurança higiénica das escolas tendo em conta a atividade letiva presencial;
- Essencial envolver todas as associações sindicais na elaboração do plano educativo, representando estas os trabalhadores que lidam diariamente com os alunos e suas necessidades educativas;
- Inexistência de formação preparatória para o pessoal docente e não docente, tendo em conta a situação pandémica atual;
- Precariedade dos contratos de pessoal docente e não docente;
- Essencial ter conhecimento que ferramentas seriam disponibilizadas aos docentes para o ensino presencial e ensino à distância;
- Identificação do problema do transporte de alunos, refeitórios e espaços comuns nas escolas onde seria muito difícil garantir a higiene e segurança dos intervenientes;
- Necessidade de uma negociação coletiva (pessoal docente e não docente);
- Propuseram como necessários, entre outros:
    - Reforço orçamental;
    - Reforço de recursos humanos;
    - Possibilidade de inscrição na ADSE dos docentes precários.

A gravação áudio da audição está disponível na página da Comissão na *internet*, constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 16 de julho de 2020,

O assessor

Filipe Luís Xavier